

Ministério da Gestão informa sobre tramitação do reajuste

O Departamento de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos informa que, conforme anunciado pelo presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), caso seja confirmada a sua presença na viagem à China na próxima semana, a análise do [Projeto de Lei do Congresso Nacional \(PLN\) 2/2023](#), que permitirá o reajuste salarial aos servidores públicos federais, será mais breve que o trâmite normal.

De acordo com o Ministério, o

PLN não tramitará na Comissão Mista de Orçamento. Após deliberação na sessão do Congresso Nacional, que será realizada no dia 18 de abril, o projeto será enviado à sanção. A aprovação do PLN viabiliza o envio de Medida Provisória até 30 de abril para garantir o aumento aos servidores.

Além do PLN 2/2023, serão apreciados na sessão os vetos da Presidência da República e será feita a leitura do requerimento de instalação da CPMI dos Atos de 8 de janeiro.

Acordo - O projeto que altera o anexo V da Lei Orçamentária Anual para aumentar o limite autorizado para a despesa financeira foi encaminhado ao Congresso Nacional no dia 31 de março.

O reajuste faz parte do Termo de Acordo nº 1/2023, [firmado no dia 24 de março](#) com os representantes associativos e sindicais das diversas carreiras do funcionalismo público federal, e também contempla o [auxílio-alimentação](#), que passa a ser R\$ 658 a partir de 1º de maio.

Reforma tributária deve respeitar pacto federativo, sugere ministra do Planejamento

A ANFIP, representada pelo vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, acompanhou no dia 4 de abril a participação da ministra do Planejamento, Simone Tebet, na audiência pública do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária da Câmara dos Deputados.

Tebet reforçou a importância da aprovação de uma reforma que respeite sobretudo o pacto federativo. “É preciso olhar com cuidado para os estados federados”, salientou. Ao fazer um histórico sobre as tentativas de reforma tributária, a ministra lembrou que ela sempre esbarrou nas dimensões continentais do país. “Quando a gente tenta avançar, a gente tem um problema federativo”, disse sobre os embates relacionados à cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) entre estados que consomem e estados que produzem. “Quando o eixo principal era tirar a tributação dos estados que produzem para tributar nos que consomem, não tinha voto para aprovar uma emenda constitucional”, frisou.

Nos últimos anos, entretanto, o Congresso tomou para si a responsabilidade da reforma tributária que, para Tebet, precisa ter dois eixos: tributar no consumo e unificar impostos. “Se vai ser IVA único ou dual, seletivo ou não, é uma decisão democrática a ser feita dentro do Congresso Nacional”, destacou. Tebet pediu somente que os parlamentares olhem com cuidado a questão dos estados e com a tentativa de trazer um imposto único no momento em que os conflitos federativos não estão resolvidos.

Sobre a tributação da renda e do patrimônio, Tebet concorda, se for viável. “Eu entendo que precisamos aprovar a reforma



mais ampla possível. Se colocar a questão do patrimônio nessa reforma não atrapalhar o andamento e a sua aprovação, contem comigo”, declarou. Apesar disso, a ministra entende que não é fácil aprovar uma reforma que precisa ser amplamente discutida com os entes federados e com setores econômicos, “mas nada impede de aproveitar o texto constitucional para tributar aeronaves no Brasil”.

A ministra criticou os benefícios fiscais, concedidos ao longo dos últimos anos, e que precisam ser revistos. “Os benefícios tiveram utilidade por algum tempo, só que agora estamos diante de um cenário onde todos os municípios e quase todos os estados dão incentivos. Virou uma guerra que ninguém ganha”, avaliou. Para Tebet, a reforma precisa ser neutra, no sentido de não aumentar a carga, e precisa ser justa no aspecto federativo.

A audiência completa pode ser assistida [aqui](#).

Reforma Tributária: acompanhe os debates no hot site na ANFIP
PÁGINA 2

Frente do Serviço Público organiza retomada de trabalhos
PÁGINA 3

Comitê aprova novos eventos do Projeto Sociocultural
PÁGINA 4

Reforma Tributária: acompanhe os debates no hot site na ANFIP

Tem conteúdo novo no hot site exclusivo sobre a Reforma Tributária! Na página, editada pela ANFIP, confira os materiais mais recentes sobre o tema, que incluem palestras, apresentações e vídeos das audiências públicas do Grupo de Trabalho no âmbito da Câmara dos Deputados, além de manifestos de movimentos sociais, estudos e o noticiário dos principais jornais do país.

O debate sobre as mudanças no sistema tributário segue em destaque na agenda nacional e consta na pauta prioritária do governo federal, segundo já manifestou a equipe econômica. A ANFIP acompanha de perto as atividades.

Acesse também no hot site as propostas de reforma em tramitação e os documentos mais relevantes para essa discussão. Acesse [aqui](#) o conteúdo completo.



Conselheiros da ANFIP tomam posse na diretoria da Pública Central do Servidor

O presidente Wilson Romero e o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, participaram presencialmente da reunião da Pública Central do Servidor, dia 5 de abril, em Brasília.



Foram empossados os novos integrantes das diretorias Executiva e Auxiliar, bem como do Conselho Fiscal e demais coordenadorias da entidade para a gestão 2023/2027.

Entre os eleitos, Wilson Romero assumiu como presidente da Pública no Distrito Federal e Gilberto Pereira como diretor de Assuntos de Previdência, Aposentados e Pensionistas. Como presidente da Diretoria Executiva, permanece José Gozze.

As metas e diretrizes para a nova gestão foram definidas durante o I Congresso Nacional da Pública, realizado no dia 26 de janeiro de 2023. Os dirigentes reafirmaram o compromisso da Central e das entidades que a compõem com a continuidade da atuação em defesa dos servidores públicos e da sociedade civil, em busca de um país mais justo.



Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o **LINHA DIRETA** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Marluce do Socorro da Silva Soares

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado,
Marina Rodrigues e Thagná Cavalcante.

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

Frente do Serviço Público organiza retomada dos trabalhos no Legislativo



A Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, da qual a ANFIP é integrante, vai retomar as suas atividades. O grupo se reuniu dia 3 de abril para definir as pautas prioritárias e

o financiamento dos trabalhos a serem promovidos ao longo do ano. Assim que as adesões forem formalizadas, será divulgada a data oficial para a reinstalação dos trabalhos. Participou da reunião, o vice-presidente de Política de Classe e Salarial, José Arnaldo Gonçalves Ferreira.

Além da PEC 32/2020, que trata da Reforma Administrativa, o grupo ainda sugeriu que outras duas proposições façam parte das ações parlamentares, a PEC 555/2006, que trata da contribuição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas, e o PLP 21/2023, que retoma a contagem de tempo de serviço durante a pandemia.

A Frente Parlamentar atuou ao longo dos últimos anos para evitar as perdas trazidas pela PEC 32/20 ao serviço público. A intensa movimentação nas mídias digitais e a presença constante no Legislativo permitiram a mobilização dos servidores e impediram a aprovação da matéria.

Carf: Centrais sindicais defendem voto de qualidade

As oito principais centrais sindicais do país e o Instituto de Justiça Fiscal (IJF) publicaram, no dia 4 de abril, uma Carta em Apoio à aprovação pelo Congresso Nacional da Medida Provisória 1160/2023, que restabelece o voto de qualidade no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Assim como defende a ANFIP, as entidades também solicitam a rejeição do acordo proposto pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7347, que é contra a volta do voto de desempate.

“Consideramos que o acordo estimulará o planejamento tributário agressivo, o danoso mercado de teses tributárias abusivas, beneficiará os maus contribuintes, comprometendo a livre concorrência e aumentando a desigualdade social. Contribuirá para a amplificação da regressividade do sistema, ao cristalizar na legislação condições para as grandes empresas postergarem ou reduzirem o pagamento de tributos devidos. Pode representar também desestímulo ao recolhimento

espontâneo de tributos, pondo em risco a realização de receitas públicas”, diz a nota.

O [documento](#) é assinado, além do IJF, por Pública Central do Servidor, Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, Central da Classe Trabalhadora (Intersindical), Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) e União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Leia [aqui](#) a íntegra da nota.



Entidades avançam nos preparativos do FIT 2023



O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, participou, dia 4 de abril, de mais uma reunião de planejamento do Fórum Internacional Tributário (FIT) 2023.

Na ocasião, foi analisada a melhor data para a realização do evento, considerando a agenda do Congresso Nacional, e

as possíveis logísticas para maior alcance dos debates sobre tributação, a nível nacional e internacional.

Para os dirigentes, é imprescindível que haja amplas discussões sobre a tributação da renda e do patrimônio nos trabalhos da Reforma Tributária, não bastando discutir apenas mudanças no imposto sobre o consumo.

Sobre o Fórum - Desde 2018, o FIT reúne especialistas de diferentes nacionalidades para debater os assuntos mais relevantes envolvendo o sistema tributário, propondo soluções e apresentando perspectivas para um futuro menos desigual.

O evento é uma realização da ANFIP em parceria com a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) e o Sindifisco Nacional, com apoio institucional da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim) e a colaboração do professor e economista Eduardo Fagnani.

Conselhos da ANFIP planejam atividades para o segundo semestre de 2023

Os integrantes dos conselhos Executivo (CE), Fiscal (CF) e de Representantes (CR) se reuniram virtualmente, dia 3 de abril, para discutir o calendário de atividades a serem desenvolvidas no segundo semestre de 2023. O encontro foi conduzido pelo presidente do CE, Wilson Romero, e pelos coordenadores do CR e CF, Carlos José de Castro e Ercília Leitão Bernardo, respectivamente.

Os dirigentes deram início à organização do trabalho parlamentar nas bases, envolvendo pautas de interesse dos servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas. A ideia, de acordo com Romero, é fortalecer e ampliar a articulação com parlamentares nos estados, contando com a colaboração das Associações e Representações da ANFIP em todo o Brasil.

Entre as prioridades, está a defesa da paridade; a redução gradual das contribuições previdenciárias dos servidores aposentados a partir dos 65 anos (PEC 555/2006); a criação da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social da União; a dedução no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) das despesas indispensáveis para a qualidade de vida do inativo ou inválido; a defesa da autonomia da administração tributária e do voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Temas relevantes para a sociedade civil, como a reforma tributária, também serão abordados.

Além disso, durante a reunião, foi apresentado o cronograma da XXIV Convenção Nacional Ordinária (CNO), a ser realizada entre os dias 22 e 25 de setembro deste ano. A programação inclui os procedimentos para a eleição dos convencionais e orientações de recebimento e análise das propostas de reforma estatutária da Entidade. Mais informações serão divulgadas em breve.



Comitê aprova novos eventos do Projeto Sociocultural

Os integrantes do Comitê Gestor do Projeto Sociocultural se reuniram, dia 31 de março, para analisar a participação das Associações e Representações Estaduais na iniciativa em 2023.

Na ocasião, foram aprovadas as propostas do Rio Grande do Sul (Agafisp) e de Santa Catarina (ANFIP-SC), bem como a prestação de contas e o termo de encerramento do projeto sociocultural do Espírito Santo (ANFIP-ES).

A iniciativa visa estimular o retorno

das atividades presenciais nos estados, com o apoio da ANFIP, e promover maior integração e valorização do quadro social em todo o Brasil.

Estiveram presentes na reunião Albenize Gatto Cerqueira (PA), Miguel Arcanjo Simas Nôvo (AM), José Amilton Vieira Freire (RS), Benedito Cerqueira Seba (MT) e Carlos José de Castro (GO).



O grupo deve se reunir novamente durante o I Encontro do Centro-Oeste, previsto para acontecer entre os dias 4 e 7 de maio, em Pirenópolis (GO).

Governo brasileiro recria adidâncias tributárias e aduaneiras no exterior

Foi publicado no Diário Oficial da União (DOU), edição do dia 31 de março, o Decreto nº 11.459/2023, que recria as adidâncias tributárias e aduaneiras junto às representações diplomáticas brasileiras em Washington (EUA), Buenos Aires (Argentina), Assunção (Paraguai) e Montevidéu (Uruguai).

As adidâncias são responsáveis por promover a integração da administração

tributária e aduaneira brasileira com as estrangeiras, especialmente no que se refere ao intercâmbio de informações sobre transações comerciais e financeiras, e a integração com organismos internacionais; além de oferecer suporte às representações diplomáticas do Brasil, prestar informações e orientações a brasileiros residentes no exterior e a investidores estrangeiros e promover

a repressão a ilícitos tributários e aduaneiros.

Também foram publicadas no decreto as regras para a designação de servidores públicos para ocupar o cargo de adido tributário e aduaneiro; bem como todos os detalhes sobre atuação e atribuições dos representantes diplomáticos e estrutura das adidâncias no exterior, dentre outros.

Acesse [aqui](#) o Decreto.

ANFIP prestigia aula magna de escola de formação de auditores fiscais

A ANFIP, representada pelo vice-presidente de Serviços Assistenciais, Ariovaldo Cirelo, participou, dia 30 de março, da aula magna EducaFisco, escola de formação de auditores fiscais municipais, estaduais e federais para atuação na política institucional, promovido pelo Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo (Sinafresp).



O evento, realizado em São Paulo, contou com a presença do ex-secretário da Fazenda Felipe Salto, de auditores fiscais de todas as esferas, personalidades de destaque do Fisco Paulista, representantes sindicais, representantes do Sindilex, Codecon, Conacate, Febrafite, Receita Federal e de municípios.

A aula teve como tema “Desafio de Entrar na Vida Pública e História do Marketing Político” e foi ministrada pelo consultor em Marketing Político, Fernando Vieira. “O EducaFisco é um projeto pioneiro que vai abrir novas possibilidades, tanto para quem busca a vida pública, como candidato, quanto

para aqueles que querem ingressar na participação política através da assessoria, tendo toda a bagagem técnica e o apoio necessário para melhoria e aperfeiçoamento do sistema político e do futuro do Brasil”, afirma Vieira.

O curso de formação EducaFisco irá contar com docentes de diversas áreas de atuação, todos com foco na política eleitoral, como advogados, mentores, profissionais de marketing, profissionais da Alesp e das câmaras municipais, etc. Com isso, os auditores fiscais que participarem do curso terão o aporte necessário para atuar politicamente em prol da sociedade e da categoria.

Com informações do Sinafresp.

AÇÃO FISCAL

RFB, PF e MPF combatem comércio de vinhos contrabandeados

A Receita Federal, em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, deflagrou no dia 4 de abril, no Rio de Janeiro, as operações Bodegas, Estero, Perlage e Cédron, com o objetivo de desarticular esquema de comercialização de vinhos contrabandeados.

No curso da investigação restou comprovado que as empresas envolvidas atuavam no comércio eletrônico de vinhos contrabandeados, através de contas no Instagram ou telefone celular, via WhatsApp. As mercadorias vendidas, quase em sua totalidade, eram compostas de vinhos que ingressaram irregularmente

no Brasil sem o devido recolhimento dos tributos e sem a anuência e controle do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), não atendendo a disposição normativa de aposição de rótulo em língua portuguesa e a respectiva aprovação desse Ministério.

Desta forma, os vinhos eram comercializados abaixo do preço praticado pelo mercado regular, chegando, em alguns casos, a valores inferiores à metade do preço médio do mercado.

A Receita Federal alerta que os vinhos importados regularmente devem possuir contrarrótulo em português

indicando o nome do importador, registro deste no MAPA, nomenclatura de acordo com os padrões de identidade de qualidade, lista de ingredientes, identificação do lote, prazo de validade e graduação alcoólica.

Foram expedidos 16 mandados de busca e apreensão em residências dos investigados e em empresas supostamente relacionadas, que estão sendo cumpridos no estado do Rio de Janeiro. Participam da operação 51 Auditores Fiscais e analistas tributários da Receita Federal e cerca de 60 policiais federais.

Fonte: Receita Federal

ESTADUAIS

ANFIP participa de reunião de avaliação estratégica da RFB em Boa Vista

O representante da ANFIP em Roraima, André Luiz Spagnuolo Andrade, participou durante a semana da Reunião de Avaliação Estratégica (RAE) das Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil da Região Norte (SRRF02), realizada em Boa Vista (RR).

As RAEs são realizadas trimestralmente, com o objetivo de analisar metas e resultados da

instituição, avaliar e monitorar estratégias, além de acompanhar e dar subsídios à tomada de decisão alinhada à organização.

A reunião também contou com a participação do subsecretário de Arrecadação, Cadastros e Atendimento, Mario Jose Dhon; da subsecretária de Fiscalização (Sufis), Andrea Costa Chaves, além de delegados e inspetores da Região Norte.



GT da Reforma Tributária promove seminário em Belo Horizonte

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais promoveu no dia 31 de março, em Belo Horizonte, o Seminário Estadual sobre o Sistema Tributário Nacional, que visa debater os impactos da Reforma Tributária em Minas Gerais. O presidente da ANFIP-MG, Décio Bruno Lopes; a diretora vice-presidente, Ana Lúcia Guimarães Silva; o diretor de Política de Classe, Afonso Ligório de Faria; e a diretora de Assuntos Jurídicos, Margot Andrade Silva, representaram a Associação no evento.

O seminário, conduzido pelo deputado federal Newton Cardoso Jr. (MDB/MG), foi uma realização do Grupo de Trabalho da Câmara dos Deputados — sob coordenação do deputado federal Reginaldo Lopes (PT/MG) — destinado a analisar e debater a PEC nº 45/2019, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

Dentre as inúmeras contribuições na discussão sobre o tema feitas pelos especialistas, os principais pontos destacados se relacionam à preocupação com a eliminação da guerra fiscal entre entes federativos; simplificação tributária, com a unificação de vários tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins);

não cumulatividade ao longo da cadeia de tributação; e o fortalecimento do federalismo, com o aumento da autonomia de estados e municípios.

Outro ponto que a reforma prevê e que foi apontado como essencial para o sucesso do novo modelo é a alteração de tributação da origem do produto ou serviço para o destino. Ou seja, se um consumidor de Alagoas, por exemplo, comprar um produto de São Paulo pela internet, quem receberá o imposto é o estado ou município onde está o consumidor.

“A base de arrecadação desse novo tributo, cuja repartição é automática e garantida para os municípios, passa a ser muito mais ampla. Ou seja, o município pequeno, especialmente, além de ter uma base ampliada da sua arrecadação, passa também a ter o direito de arrecadar sobre aquilo que é destinado ao próprio município. Hoje, [a taxação do] ISS é em cima da origem. Agora vai ser



em cima do destino”, salientou o coordenador do seminário, deputado Newton Cardoso Jr.

Segundo o coordenador do Grupo de Trabalho, deputado Reginaldo Lopes, o seminário será realizado nos outros estados da federação. Minas Gerais foi o primeiro a sediar o evento.

Fonte: ANFIP-MG

ANFIP-CE prestigia posse do novo delegado RFB em Fortaleza



Foi empossado, no dia 4 de abril, o novo delegado da Receita Federal do Brasil em Fortaleza (CE), o Auditor

Fiscal e associado da ANFIP, Paulo Régis Arcanjo Paulino.

O evento aconteceu no auditório

da sede do Ministério da Fazenda no Ceará, e contou com a presença do superintendente da Receita Federal na 3ª Região Fiscal, Ricardo Antônio Carvalho Barbosa; de diversos representantes do Ministério; do presidente da ANFIP-CE, Gilson Fernando Ferreira de Menezes; do Conselho Executivo da ANFIP, representado por Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões); além de servidores, familiares e amigos.

O presidente da ANFIP-CE saudou o novo delegado em nome da Entidade, ressaltando sua competência que permitiu alçar voos, desejando-o boa sorte. "Nós estamos felizes por tê-lo como colega, oriundo da Previdência Social, e brilhando na casa que agora é nossa, a Receita Federal do Brasil. Parabéns!", disse.

**1º EN
CON
TRO** **CENTRO
OESTE**
Dos Auditores Fiscais da
Receita Federal do Brasil



**4 a 7
MAIO**
Pirenópolis (GO)
2023

Centro de
Convenções da
Pousada dos Pireneus



www.anfip.org.br

Apoio:



Realização:

Viagem internacional



#anfipnacional

FALE COM A ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100

0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)

E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)

(61) 99973-5776 (WhatsApp)

E-mail: aposentadoriasepensoes@anfip.org.br

CADASTRO

(61) 99938-4548 (WhatsApp)

E-mail: cadastro@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL

(61) 98289-5150 (WhatsApp)

E-mail: comunicacao@anfip.org.br

JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local)

(61) 98176-9051 (WhatsApp)

(61) 3251-8121 / 8123 / 8126

E-mail: juridico@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA

E-mail: presidencia@anfip.org.br

SECRETARIA

(61) 98151-7925 (WhatsApp)

E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)

(61) 98366-6006 (WhatsApp)

E-mail: assistenciais@anfip.org.br

MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199

Benevix (Concierge): (27) 99663-6339

concierge@benevix.com.br

Benevix/Unimed: 0800 606 7272

Geap: 0800 728 8300

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

